



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E EMPRESARIAL: CONVERGÊNCIAS E DISTANCIAMENTOS

PUBLIC AND BUSINESS ADMINISTRATION: CONVERGENCES AND DISTANCES

Maria Denise Ricalde de Souza, UFSM, mdenisers@ufsm.br; Cristiane Bortoluzzi Scrimini, UFSM, cscrimini@gmail.com; Silvane de Fátima Weippert, UFSM, sil.weippert@hotmail.com.

RESUMO

Esse trabalho consiste em uma revisão da literatura sobre as diferenças entre administração pública e a privada. Desse modo, enfatiza-se a burocracia presente em ambas as esferas e a busca por amenizar essas questões perante as necessidades da sociedade contemporânea. Nesse contexto, objetiva-se analisar os modelos de gestão gerencial e burocrático, enfatizando suas características e sua origem.

Palavras-chave: Administração Pública, Administração Privada, Burocracia.

ABSTRACT

This work consists of a review of the literature on the differences between public and private administration. Thus, it emphasizes the bureaucracy present in both spheres and the search to soften these questions before the needs of the contemporary society. In this context, the objective is to analyze the managerial and bureaucratic management models, emphasizing their characteristics and their origin.

Keywords: *Public Administration, Private Administration, Bureaucracy.*

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento político pode ocorrer em qualquer instância. Seja na sociedade civil, regime político ou entidades governamentais e sua administração. Keinert (2007), destaca que a chamada Crise do Estado, que envolveu o sistema fiscal, crises no modo de intervenção econômica e do modelo de gestão burocrático, marcaram as décadas de 80 e 90 em todo o mundo.

Apesar dessas mudanças e das conturbações contemporâneas no mundo da gestão pública, Paula (2005), ressalta que no Brasil o ensino e a pesquisa em administração pública não têm ganhado a devida atenção do mundo acadêmico, já que a maioria das pesquisas estão voltadas a habilitação e análises que foquem o setor privado de produção. Estas questões agravam-se a medida em que o modelo macroeconômico vem apontando a necessidade de um Estado que possa reduzir a carga burocrática.



Assim parte-se do pressuposto que a burocracia foi desenvolvida com o intuito de agilizar e melhorar os processos, tanto para a administração pública como para a privada, porém quais realmente seriam os pontos em comum ou não dessa questão.

Através dessa pequena análise conceitual é possível destacar que a administração pública passa por um período de revisão de suas técnicas e teorias organizacionais, buscando práticas mais transparentes e que desmistifique o setor. Nesse contexto, este trabalho objetiva analisar o sistema público administrativo e o privado, buscando pontos de convergência e diferenciação em suas práticas perante o sistema burocrático nacional (PEREIRA, 2006).

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Esse trabalho foi definido através das preposições metodológicas de Marconi e Lakatos (2010) e Gil (2010). Desse modo, caracteriza-se como uma revisão da literatura por possuir um aspecto de sumarizar e por possibilitar uma análise da produção bibliográfica dentro da temática estabelecida nesse trabalho. A revisão realizada levou em consideração livros e publicações de referência, buscando o estado da arte sobre a administração pública e a privada, evidenciando ideias, métodos e pontos críticos que têm recebido maior ou menor ênfase na literatura selecionada.

Como apoio a revisão literatura proposta, foi realizada visitas in loco na Procuradoria Jurídica junto à Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, localizada na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Na ocasião foram realizadas entrevistas abertas com os servidores que se dispuseram a responder, suas percepções sobre o serviço público, as convergências e diferenças com o setor privado e também sobre as mudanças ao longo dos anos. Desse modo, as respostas foram analisadas juntamente com a revisão bibliográfica, servindo de embasamento para as conclusões apresentadas nesse trabalho.

A ORIGEM DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A partir de marcos históricos como a Revolução Industrial, a sociedade mudou a sua maneira de se organizar, consumir, morar e administrar seus ganhos, trocando o trabalho artesanal pelo manufatureiro. A administração burocrática, tornou-se mais presente, passando a ser organizada de maneira sistemática. Nesse contexto Beetham (1988), explica que foi necessário definir uma hierarquia, para que cada servidor desse novo modelo social que se organizava, pudesse entender de forma clara suas tarefas e responsabilidades, perante a



subordinação de um supervisor. As outras competências estão ligadas a impessoalidade - o trabalho deveria possuir limites e regras pré-estabelecidas, e capacidade – os servidores precisavam possuir o treinamento necessário para ocupar o posto a ele estabelecido.

A burocracia foi desenvolvida como um ponto positivo para a sociedade, conforme Weber (1969) define, como sendo regras gerais, mais ou menos estáveis e que podem ser facilmente aprendidas, para ele a atividade burocrática pressupõe um treinamento especializado e a plena capacidade de trabalho do funcionário, todas as atividades passam a ser escritas, formalizadas.

No entanto, teóricos defendem que o modelo proposto está obsoleto, considerando as mudanças na vida contemporânea e os avanços tecnológico. Para Pereira (2006) a centralização de decisões e o excesso de regras propostas resulta em retrocessos e inflexibilidade de um sistema que não consegue acompanhar a demanda por decisões dos cidadãos (SARAIVA, 2010).

Em um posicionamento mais ordenado Ferreira (1997), apresenta uma visão positiva do modelo gestacional e burocrático prevalecente. Apesar de ser um modelo que necessita ser atualizado, a burocracia continua facilitando as atividades ligadas a supervisão e controle do agente público. Esse também esclarece que apesar de possuir caráter indispensável não deve ser confundido com um modelo em ascensão. O autor destaca três desvantagens no modelo burocrático vigente, a carga técnica das decisões burocráticas, o que resulta em um segundo ponto crítico: o afastamento do Estado na busca do bem comum, uma vez que as técnicas se supõem quase perpétuas e indiscutíveis. E por último, o poder de influenciar no bem-estar humano, pois coloca, em muitas situações, suas decisões em um nível superior as capacidades do cidadão comum (SARAIVA, 2010).

3.1 A administração pública e empresarial

Segundo Drucker (1999), até meados da década de 1930, a administração empresarial era vista com mera subdivisão da administração geral. A administração era vista com um método que poderia ser aplicada a qualquer tipo de organização, incluindo a empresarial.

Desse modo não era feita distinção entre administração pública e de empresas. Ainda segundo Drucker (1999), a aplicação e definição mais plausível e coerente dos princípios administrativos não foi feita em uma empresa. Foi a reorganização do Exército dos Estados



Unidos feita em 1901 por Elihu Root. Para Saraiva (2010), em alguns países as técnicas de *management* foram aplicadas com sucesso, como é o caso do programa *Next Steps* do Reino Unido, do programa de aperfeiçoamento da gestão financeira (*Financial Management Improvement Programme*) da Austrália, do programa do Canadá (*Improving Managerial Authority and Accountability*) e da corporization da Nova Zelândia.

Para entender e diferenciar a administração pública da empresarial Saraiva (2010), destaca que é necessário entender a finalidade de cada uma das duas esferas de seus objetivos. A administração pública está embasada no exposto na Constituição Federal, no que diz respeito ao bem comum ou interesse geral da população. Paula (2005), ressalta que o Estado Democrático brasileiro possui o dever de assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica.

Para Saraiva (2010), existem elementos bem pontuais que diferenciam as duas formas de administração. As empresas privadas possuem suas ações alicerçadas em ações de planejamento e gestão estratégicas. Enquanto isso, a administração pública possui sua base em sistemas mais rígidos de planejamento governamental, que se orientam por princípios gerais previstos na Constituição, e, mais modernamente, por sistemas de elaboração de política pública.

4. CONCLUSÃO

Perante o exposto ao longo desse trabalho, ressalta-se que os dois modelos de administração, pública e privada, são essenciais, cada um à sua forma, para o andamento e a ordem social. As instituições governamentais ou públicas, são responsáveis por fornecer a infraestrutura de serviços essenciais que fazem com que as operações comerciais sejam possíveis, eficazes e capazes de responder às necessidades e metas da sociedade.

Quanto a percepção dos servidores do departamento, foi possível perceber o que ainda se conserva o sentimento de orgulho pelo cargo se servidor público. Ao questionar sobre pontos positivos de exercer esse cargo em um órgão público, foi enfatizada a questão da estabilidade financeira e status social. Em relação à burocracia, ouve divergências quanto a maneira em que ela é utilizada. Por um lado, os servidores que defendiam que a burocracia é necessária para manter-se a ordem em um sistema tão amplo e suscetível a falhas. Por outro,



os que relatam que a burocracia dificulta a vida do cidadão comum, desencadeando um efeito de estresse e decepção em ambos os lados: do servidor e de quem necessita dele.

Quanto a relação entre público e privado, todos concordaram que o principal ponto em comum são os aspectos burocráticos, a necessidade de controle e auditorias e de qualificação constante de pessoal. Sobre a possibilidade e oportunidade de trocar seus empregos no setor público para o privado, todos foram enfáticos em responder que não trocariam. Desse modo, conclui-se que apesar dos avanços sociais e tecnológicos da contemporaneidade não existe uma fórmula ou critérios pré-estabelecidos para escolher entre mercados e organizações, ou entre organizações governamentais e privadas. Cabe aos governantes e a sociedade analisar e buscar os melhores termos para que a burocracia não suprima suas necessidades, e sim, torne-se uma aliada independente da esfera que essa se encontra.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEETHAM, D. **A burocracia**. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.

DRUCKER, P. **Desafios gerenciais para o século XXI**. São Paulo: Pioneira, 1999.

FERREIRA, A. A. **Gestão empresarial: evolução e tendências da moderna administração de empresas**. São Paulo: Editora Pioneira, 1997.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 200 p. 2010.

KEINERT, T. M. **Administração Pública no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Fapesp, 2007.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 320 p. 2010.

PAULA, A.P.P. **Por uma nova gestão pública**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

PEREIRA, L. C. B. (org.). **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. 7. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SARAIVA, I.J. Administração pública e administração de empresas: quem inspira a quem? **Revista ADM.MADE**, ano 10, v.14, n.3 p.1-8, outubro/dezembro, 2010. Disponível em: <<http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/admmade/article/viewFile/100/103>> Acesso em: 07, set. 2017.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. Fundo de Cultura Econômica, México, 1969.